

## PROVA PARA CONSELHEIRO TUTELAR DE GUAÇUÍ - 2019

### INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - A prova contém **5 (cinco) estudos de caso e 15 (quinze) questões objetivas**. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição.
- 2 - Para chamar o Fiscal levante o braço.
- 3 - Coloque, à caneta, o seu nome e sua assinatura na folha de respostas.
- 4 - A folha deverá ser preenchida com caneta esferográfica **azul ou preta**.
- 5 - Cada questão objetiva oferece **SOMENTE UMA** opção correta.
- 6 - Ao término da prova entregue **APENAS** a folha de respostas ao Fiscal.
- 7 - O candidato **NÃO** poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões.
- 8 - Não será permitido fumar durante a realização da prova, bem como utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
- 9 - A prova terá duração de **4 (quatro) horas**. Não haverá tempo extra para preenchimento da folha de respostas, ou seja, no tempo de prova está incluído o tempo para preenchimento das respostas.
- 10 - O fiscal indicará quando faltar 15 (quinze) minutos para o término do tempo de prova.
- 11 - A divulgação do gabarito ocorrerá no dia 26 de agosto.

## QUESTÕES OBJETIVAS

**Questão 1.** Considere as afirmativas abaixo sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e assinale a alternativa **CORRETA**.

I. Assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

II. Assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual.

III. Diminuir o desenvolvimento de campanhas, a fim de prevenir ocorrência de casos.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.**
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

**Questão 2.** Leia atentamente o seguinte enunciado: “Para os fins da Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança é todo indivíduo menor de dezoito anos, salvo se, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes. Dessa forma, pode-se afirmar que a Convenção não distingue crianças de adolescentes, o que não implica, entretanto, que suas normas não protejam todo menor de dezoito anos”.

Sobre o enunciado acima, é **CORRETO** afirmar que

- a) está de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança.**
- b) está em desacordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, pois o diploma em questão fixa como criança e tem sua abrangência restrita a menores de doze anos.
- c) está em desacordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, uma vez que esta classifica todos como menores e não como crianças ou adolescentes.
- d) está em desacordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, uma vez que o diploma em comento diferencia criança de adolescente.

**Questão 3.** De acordo com o ECA, a garantia de prioridade compreende, dentre outras,

- a) apoio às famílias carentes na educação de seus filhos.
- b) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.**
- c) garantia de ajuda financeira às famílias em situação de pobreza.
- d) acesso gratuito nos transportes públicos.

**Questão 4.** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para

fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro é denominado:

- a) perfilhação
- b) apadrinhamento**
- c) adoção
- d) guarda

**Questão 5.** Com relação ao disposto na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espectáculos. Marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.
- b) congêneres ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.
- c) As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, porém sem a advertência de seu conteúdo.**
- d) Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.

**Questão 6.** Para os efeitos da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), considera-se:

- a) criança, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- b) criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.**
- c) criança, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) criança, a pessoa até quatorze anos de idade completos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.

**Questão 7.** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, na hipótese de uma criança ser encaminhada, sem prévia determinação da autoridade competente, a uma entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, esta

- a) não poderá acolhê-la, em nenhuma hipótese, sob pena de gerar responsabilidade civil e criminal do seu diretor.
- b) deverá acolhê-la de imediato, independentemente da situação da criança, devendo apresentá-la perante o Conselho Tutelar em até 48 horas.
- c) não poderá acolhê-la, uma vez que tem autorização legal para acolher apenas adolescente nessa situação, mas não crianças.
- d) poderá, em caráter excepcional e de urgência, acolhê-la, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

**Questão 8.** Sem prejuízo de outras providências legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão

- a) investigados para identificar a corresponsabilidade da criança no caso.
- b) primeiramente levados ao juiz da Vara da Infância e Juventude.
- c) obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- d) direcionados à Delegacia Infância juvenil próxima à residência da criança.

**Questão 9.** Sem prejuízo de outras providências legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que no caso em que gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para a adoção serão:

- a) obrigatoriamente encaminhadas , sem constrangimento ao Ministério Público;
- b) obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento à Vara da Justiça da Infância e Juventude;
- c) investigadas para identificar a sua responsabilidade;
- d) direcionadas à Delegacia Infância juvenil próxima à sua residência;

**Questão 10.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) A função de membro do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais e Municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerado de interesse público relevante e será remunerado.
- b) Intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.
- c) O Exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

- d) proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada;

Questão 11. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), é **INCORRETO** afirmar:

- a) A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.
- b) A inscrição dos interessados na adoção será seguida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- c) Para a adoção, é necessário o consentimento do adotando quando maior de doze anos de idade.
- d) É vedada a adoção por procuração.

Questão 12. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) forem ameaçados ou violados:

- a) por ação da sociedade ou do Estado, ressalvada as hipóteses de omissão da sociedade e do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta
- b) por ação da sociedade ou do Estado, ressalvada as hipóteses de omissão da sociedade e do Estado, por exclusiva omissão dos pais ou responsável e em razão de sua conduta
- c) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta
- d) por exclusiva omissão do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta

Questão 13. Configura infração administrativa, prevista no ECA,

- a) deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- b) Deixar o responsável por diversão ou espetáculo público de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

- c) submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- d) deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.

**Questão 14.** O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, instituído no Brasil pela Lei Federal nº 8.069/1990, estabelece o tratamento social e legal que deve ser oferecido a crianças e adolescentes do país, conferindo proteção integral e cidadania aos menores por ele amparados. Em caso de um menor cometer um ato infracional, o ECA diferencia as medidas que podem ser aplicadas a uma criança ou a um adolescente. A alternativa abaixo que apresenta uma medida que pode ser aplicada a uma criança é:

- a) advertência.
- b) obrigação de reparar o dano.
- c) prestação de serviços à comunidade.
- d) Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade.

**Questão 15.** Raimundinho, adolescente de 13 anos, foi visto pelo vizinho furtando-lhe seu rádio, fugindo com o aparelho. Dois dias depois, o vizinho acionou a polícia, que procurou Raimundinho e o prendeu, já sem o rádio. Nesse caso, a polícia

- a) agiu certo, porque malandro merece cadeia.
- b) não agiu certo, porque o dono do rádio já tinha brigado com ele muitas vezes.
- c) agiu certo, porque o adolescente causou prejuízos à sociedade.
- d) não agiu certo, porque nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.